Revista da Sociedade Brasileira de Educação Matemática - Regional São Paulo

Desinvisibilizar currículos pensadospraticados de matemática, perspectivas para a pesquisa em currículo

Júlio César Augusto do Valle[1]
Universidade de São Paulo - USP

Maria Luiza Rocha Bueno[2]
Stanford University - SU

RESUMO

Neste texto, temos o propósito de apresentar os quadros teórico-metodológicos que têm subsidiado as pesquisas que orientam nossa proposta de *desinvisibilizar* currículos pensadospraticados, práticas emancipatórias, insubordinações criativas e outros aspectos capazes de ampliar a institucionalidade desses currículos em meio às disputas que marcam o campo curricular, além de evidenciar a dimensão da autoria docente, que emerge da ruptura com o paradigma que cinde quem *pensa* e quem *faz* currículo, assumindo-a como direito no campo da profissionalização da docência. Para isso, recuperam-se elementos de trabalhos anteriores, orientados pela Sociologia das Ausências e das Emergências, suas implicações e perspectivas para as pesquisas sobre currículo em Educação Matemática, a fim de também tensionar essa opção teórico-metodológica. Esse aspecto, que se evidencia como resultado, neste texto, está representado pelos aprimoramentos e tensionamentos que se podem perceber entre o primeiro e o segundo quadro teórico-metodológico apresentados. Caracterizamos, portanto, quatro possibilidades para as pesquisas com tais afinidades em nossa área a partir do reconhecimento de que a criação curricular cotidiana de professoras e professores tem sido produzida ativamente como inexistente, sobretudo pelas políticas curriculares prescritivas. Tais possibilidades, resultados deste estudo e subsidiárias de outros estudos correntes, enfatizam, de um lado, políticas curriculares que tenham sido capazes de acolher ou promover a autoria docente e o não desperdício dessas experiências e, de outro, a desinvisibilização das próprias práticas produzidas por esses sujeitos.

Palavras-chave: Currículo; Autoria docente; Desinvisibilizar; Práticas emancipatórias; Política curricular.

De-invisibilize thoughtpracticed mathematics curriculum, perspectives for curriculum research

ABSTRACT

In this text, we have the purpose of presenting the theoretical-methodological frameworks that have supported the research that guides our proposal to make thought-practiced curricula invisible, emancipatory practices, creative insubordination and other aspects capable of expanding the institutionality of these curricula in the midst of the disputes that mark the field. curriculum, in addition to highlighting the dimension of teaching authorship, which emerges from the rupture with the paradigm that separates those who think and those who create a curriculum, assuming it as a right in the field of professionalization of teaching. To this end, elements from previous works, guided by the Sociology of Absences and Emergencies, are recovered, their implications and perspectives for research on curriculum in Mathematics Education, in order to also tension this theoretical-methodological option. This aspect, which is evident as a result in this text, is represented by the improvements and tensions that can be seen between the first and second theoretical-methodological framework presented. We therefore characterize four possibilities for research with such affinities in our area based on the recognition

Submetido em: 31/03/2024 **Aceito em:** 11/06/2024 **Publicado em:** 21/06/2024

[1] Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7971-0405 . Lattes:http://lattes.cnpq.br/4619328983024357 E-mail: julio.valle@ime.usp.br
[2] Mestra em Educação pela Stanford University (SU). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6696-2371. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9570518891418707 E-mail: mluiza@stanford.edu

that the daily curricular creation of teachers has been actively produced as non-existent, especially by prescriptive curricular policies. Such possibilities, results of this study and subsidiaries of other current studies, emphasize, on the one hand, curricular policies that have been able to welcome or promote teacher authorship and the non-waste of these experiences and, on the other, the devisibilization of the practices themselves produced by these subjects.
Keywords: Curriculum; Teaching authorship; De-invisibilize; Emancipatory practices; Curricular policy.

De-invisibilizar los currículos pensadospractidados de matemáticas, perspectivas para la investigación curricular

RESUMEN

En este texto tenemos el propósito de presentar los marcos teórico-metodológicos que han sustentado las investigaciones que guían nuestra propuesta de invisibilizar los currículos de pensamiento practicado, las prácticas emancipadoras, la insubordinación creativa y otros aspectos capaces de ampliar la institucionalidad de estos currículos en el en medio de las disputas que marcan el campo curricular, además de resaltar la dimensión de la autoría docente, que surge de la ruptura con el paradigma que separa a quienes piensan y a quienes crean un currículo, asumiéndolo como un derecho en el campo del currículum. profesionalización de la docencia. Para ello, se recuperan elementos de trabajos anteriores, guiados por la Sociología de las Ausencias y Emergencias, sus implicaciones y perspectivas para la investigación sobre el currículo en Educación Matemática, con el fin de tensionar también esta opción teórico-metodológica. Este aspecto, que se evidencia como resultado en este texto, está representado por las mejoras y tensiones que se pueden observar entre el primer y segundo marco teórico-metodológico presentado. Por lo tanto, caracterizamos cuatro posibilidades de investigación con tales afinidades en nuestra área a partir del reconocimiento de que la creación curricular diaria de los docentes se ha producido activamente como inexistente, especialmente por políticas curriculares prescriptivas. Tales posibilidades, resultados de este estudio y subsidiarios de otros estudios actuales, enfatizan, por un lado, políticas curriculares que han sabido acoger o promover la autoría docente y el no desperdicio de estas experiencias y, por el otro, la desvisibilización de las prácticas mismas producidas por estos sujetos.
Palabras clave: Currículos; Autoría docente; Desinvisibilizar; Prácticas emancipadoras; Política curricular.

INTRODUÇÃO

Eu vou falar de nós ganhando. Porque pra falar de nós perdendo, eles já falam.
Nego Bispo

Em trabalhos anteriores (Valle e Conrado, 2019; Valle, 2021; 2022), temos discutido o modo como a história recente da produção das políticas curriculares, em particular de matemática, tem operado de modo verticalizado, denotando uma perspectiva ainda muito amparada pela dicotomia entre elaboradores e executores do currículo. Esse paradigma de elaboração curricular, ao não incorporar ou validar experiências pedagógicas em curso, contribui para o desperdício dos currículos pensadospraticados (Oliveira, 2012). Também, na medida em que desperdiçamos as experiências em curso, ocultamos os autores dessas práticas, os sujeitos pensantespraticantes do currículo, cuja presença reivindicamos por meio do conceito de autoria docente (Valle, 2021).

Argumentamos, na contramão da dicotomia entre quem pensa e quem faz currículo, em favor de seus autores, pautados na concepção de que são os professores os responsáveis,

em última instância, pela materialização, recontextualização das políticas curriculares. A partir dessa concepção, identificamos possibilidades para a pesquisa em Educação Matemática, em particular no campo do currículo. Essas possibilidades estão conectadas ao movimento de *desinvisibilizar* as práticas e as experiências pedagógicas desses sujeitos que, conforme veremos, possuem a necessária autoridade para fazê-lo (Oliveira, 2012; 2013).

Para isso, apresentamos os quadros teórico-metodológicos que têm subsidiado as pesquisas que tratam de desinvisibilizar currículos pensadospraticados, práticas emancipatórias, insubordinações criativas e outros aspectos capazes de ampliar a institucionalidade desses currículos em meio às disputas que marcam o campo curricular, além de evidenciar a dimensão da autoria docente, assumindo-a como direito no campo da profissionalização da docência. Para isso, recuperamos elementos de trabalhos anteriores, orientados pela Sociologia das Ausências e das Emergências, suas implicações e perspectivas para as pesquisas em Educação Matemática, a fim de também tensionar essa opção teórico-metodológica. Esse aspecto, que se evidencia como resultado, neste texto, está representado pelos aprimoramentos e tensionamentos que se podem perceber entre o primeiro e o segundo quadro teórico-metodológico apresentados.

ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Desde o primeiro momento, convergimos para as perspectivas afirmadas no âmbito da Sociologia das Ausências e das Emergências (Santos, 1995; 2002; 2008; 2020), cuja proposição basilar consiste na argumentação de que aquilo que concebemos como inexistente ou ausente é, na verdade, produzido ativamente dessas formas. Para o sociólogo, exercemos certa "razão indolente" ou "preguiçosa" que desperdiça parte do presente entendendo-o e o produzindo ativamente como ausente ou inexistente. Com efeito são algumas as formas como exercemos essa racionalidade,

> a razão impotente, aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria; a razão arrogante, que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade; a razão metonímica, que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima; e a razão proléptica, que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente. (Santos, 2002, p. 239-240)

Esse excerto nos parece bem importante e, por isso, o mobilizamos para introduzir as orientações teórico-metodológicas deste trabalho porque é possível perceber, em cada uma das formas como se expressa nossa racionalidade indolente, diferentes atravessamentos no campo do currículo. Essas são formas articuladas de produção ativa das inexistências e das ausências no campo curricular. Isto é, nos permite afirmar que existe uma produção ativa de ausências e inexistências nas diferentes dimensões da vida e essa produção ativa de inexistências e ausências atravessa o campo curricular. Como argumenta o próprio autor, produz, inclusive, "sujeitos ausentes" (Santos, 1995; 2002) e que, no campo do currículo, nos têm conduzido à defesa da autoria docente (Valle, 2022).

No âmbito da Sociologia das Ausências e das Emergências, preocupa-se, então, como buscaremos no campo curricular, com o "pensamento de alternativas" (Santos, 2020, p. 8), afinal,

> Uma vez assumida pela teoria e pela prática políticas - o domínio por excelência do pensamento de alternativas - a afirmação crível de que não existe nenhuma alternativa adquire valor epistemológico. O político torna-se epistemológico quando pensar em qualquer alternativa política ao estado de coisas significa o mesmo que fantasiar por oposição à factualidade ou falsificar por oposição à verdade. Esse estado de coisas ditaria o fim da necessidade de toda e qualquer forma de pensamento crítico transformador, um pensamento de alternativas, se tal estado de coisas não fosse intolerável ou inaceitável para grupos sociais oprimidos pelo *status quo* que, em todo o mundo, resistem e lutam contra a opressão e a dominação. Não sendo esse o caso, como explicar e fortalecer tais resistências e lutas?

Assumir as perspectivas de um pensamento de alternativas, como lemos, nos inclina à afirmação das alternativas, sobretudo quando compreendemos a forma como muitas delas é produzida ativamente como ausente, inexistente ou uma alternativa menos crível de realidade possível. No âmbito das Emergências, nos faz afirmá-las, mostrar e evidenciar sua existência, fazê-las presentes como alternativas críveis e, assim, ampliar o presente (Santos, 1995; 2002). Reconhecendo que essas ideias estão conectadas com a defesa do autor de que a mudança se encontra no que chama de "epistemologias do Sul" (Santos, 2008; 2020), remetemo-nos aos três primeiros dos seis corolários apresentados como derivados de sua tese:

> Primeiro, não precisamos de alternativas, e sim de um pensamento alternativo de alternativas. Segundo: a reinterpretação permanente do mundo será possível apenas em contexto de luta e, por esse motivo, não pode ser levada a cabo como tarefa autônoma, independente de luta. Terceiro: sendo certo que as lutas mobilizam múltiplos topos de

> conhecimento, a reinterpretação permanente do mundo não pode ser produzida por um único tipo de conhecimento. (Santos, 2020, pp. 9-10)

Destacamos neste excerto, e também no anterior, outras correlações possíveis com aquilo que ocorre no campo curricular, sobretudo no sentido de compreender que parte substantiva do trabalho pedagógico de professoras e professores é produzida ativamente como inexistente, desperdiçada pelo exercício da razão indolente, como denomina Santos (1995; 2002; 2008). Assim, no campo do currículo, afirmar possibilidades no contexto de um pensamento alternativo de alternativas que não desperdice parte do presente como ausente, cuidando dos corolários enunciados, têm orientado as perspectivas deste trabalho.

A educadora Inês Barbosa de Oliveira (2012; 2013; 2020), que nos levou ao estudo da Sociologia das Ausências e das Emergências, faz essa e outras proposições em seu texto que evidenciam as contribuições da obra do sociólogo para a reflexão no campo do currículo. Para nos introduzirmos à obra da autora, é importante saber que, para tratar da criação curricular cotidiana de professores/as no interior das escolas, Oliveira (2012, p. 3) os denomina de currículos *pensadospraticados*. Isso com a finalidade de "deixar clara a indissociabilidade que entendemos existir entre prática e teoria, entre reflexão e ação".

Os currículos pensadospraticados, desperdiçados, têm sido ativamente produzidos como ausentes, inexistentes ou alternativas menos críveis da realidade, de acordo com a orientação teórico-metodológica que adotamos. Seus autores, portanto, responsáveis pela criação curricular cotidiana são, sob essa perspectiva, os sujeitos ausentes. Quando, no campo curricular, identificamos o exercício de diferentes formas de razão que homogeneizam e desqualificam o trabalho docente, vemos desperdiçado parte daquilo que podia emergir como presença, pois existe.

Oliveira (2012; 2020) trata assim, não apenas dos currículos pensadospraticados, criação curricular cotidiana de professoras e professores, mas também das práticas emancipatórias, que também são desperdiçadas por essa racionalidade indolente, que é exercida, por exemplo, na formulação de políticas curriculares. Nesse sentido, vale a afirmação de Nilda Alves *et al* (2002, p. 41) de que "boa parte de nossas propostas curriculares tem sido incapaz de incorporar essas experiências, pretendendo pairar acima da atividade prática dos sujeitos que constituem a escola".

Desse modo, argumentamos (Valle 2021; 2022), em consonância com Oliveira (2012; 2020), sobre a necessidade de desinvisibilizar currículos pensadospraticados que constituem, sim, alternativas curriculares críveis, torná-los públicos, para que seja possível

ampliar a institucionalidade desses currículos nas disputas que caracterizam a tessitura social e, em particular, o território contestado do campo curricular:

> De certo modo, as propostas curriculares já são produtos de diálogos entre o pensamento hegemônico, as demandas das práticas, as condições políticas e sociais concretas de sua produção. A ampliação da pressão das práticas emancipatórias sobre elas pode, nesse sentido, contribuir decisivamente para a legitimação em textos de práticas e abordagens hoje marginais conforme já ocorreu com a incorporação da obrigatoriedade do ensino das contribuições afro e indígena para a formação cultural brasileira. Essa discussão contribui, portanto, para a repolitização da vida social – e aquilo que sobre ela ensinamos e discutimos com os alunos em diferentes situações escolares –, condição necessária às lutas emancipatórias. (Oliveira, 2012, p. 14)

A partir disso, podemos conceber múltiplas formas de realizar pesquisas no campo do currículo cujo propósito, no âmbito da Sociologia das Ausências e das Emergências ou de outras perspectivas teóricas, seja o de desinvisibilizar as alternativas que estão sendo criadas cotidianamente por professores e professoras. Antes, porém, de elucidarmos as formas em torno das quais argumentaremos, remetemo-nos à Educação Matemática como campo com o qual interagimos, primeiro para corroborar a fundamentação anteriormente apresentada.

A partir das políticas curriculares brasileiras estudadas, no panorama da história curricular recente, Célia Maria Carolino Pires e Márcio Silva (2011, p. 58), afirmam que "as decisões curriculares foram historicamente marcadas por ações governamentais e não oriundas de movimentos nascidos nas escolas, protagonizadas por professores ou pela sociedade civil". Essa afirmação é corroborada pelos resultados da tese de Wagner Palanch (2016), que realizou um estado da arte da pesquisa sobre currículos de matemática no Brasil de 1987 a 2012.

Ao final de sua tese, o autor enuncia dois conjuntos de questões: primeiro, das indagações que foram respondidas pelas pesquisas produzidas no período e, segundo, das indagações que tais pesquisas sinalizam e endereçam como relevantes para a produção de conhecimento no campo. Dentre as indagações do segundo grupo lemos: "Como promover/potencializar a autoria docente no processo de elaboração e desenvolvimento curricular?". Como afirmamos em textos anteriores (Valle, 2021; 2022), só faz sentido falar de promover ou potencializar a autoria docente porque sua criação tem sido produzida ativamente como ausente, inexistente, inclusive/sobretudo pelas políticas curriculares prescritivas.

Temos, portanto, a partir da busca por responder a essa indagação enunciada por Palanch (2016), mobilizado duas alternativas para a pesquisa no campo curricular:

> A primeira delas pode ser expressa pela necessidade, portanto, de que as pesquisas busquem mapear, registrar, acompanhar e avaliar políticas públicas educacionais que tenham sido capazes de promover/potencializar a autoria docente, tomando-a como referência para elaboração curricular. (Valle, 2021, p. 92)

Em Valle e Santos (2018; 2021), Valle (2020) e também no trabalho de Bueno (2022), sistematizamos e compartilhamos diferentes aspectos relevantes das políticas curriculares estudadas, evidenciando um processo de elaboração curricular atento à autoria docente, com ênfase na proposta curricular de matemática. Tais exemplos materializam-se no contexto do Movimento de Reorientação Curricular realizado durante a gestão de Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação de São Paulo, de 1989 a 1991. Nos primeiros trabalhos mencionados são evidenciados sobretudo os aspectos referentes ao modo como a política freireana, uma proposta curricular e não uma prescrição, considerou a autoria docente em todos os momentos dessa política.

Já a segunda alternativa consiste na possibilidade de que:

> pesquisas em Educação Matemática se dediquem a desinvisibilizar práticas emancipatórias já em curso em aulas de matemática, tornando-as mote da relação entre universidade-escola, não sob a perspectiva de que a universidade deva suplantar, substituir, negligenciar os saberes-fazeres dos professores, praticantes do currículo, mas, ao invés disso, contribuir com aquilo que já se faz, (...) visando seu aperfeiçoamento, que não se dá deslocado do contexto e do cotidiano onde se pratica o currículo. (Valle, 2020, p. 11)

Apresentada a segunda alternativa, passamos à articulação dessas possibilidades a partir de dois quadros teórico-metodológicos: o primeiro, que articula e expressa os referenciais teóricos mobilizados até o presente momento no texto, e o segundo, que representa uma reelaboração do primeiro a partir da incidência de novas leituras e referenciais.

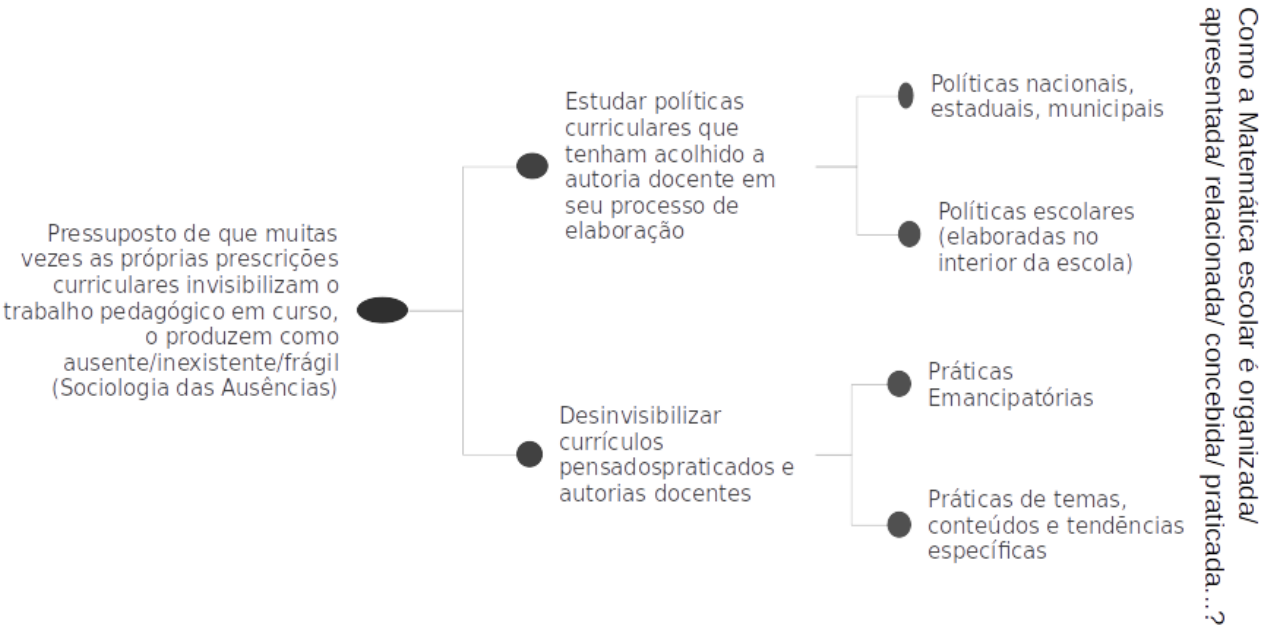
PERSPECTIVAS PARA DESINVISIBILIZAR E O PRIMEIRO QUADRO

Interessados em expressar as possibilidades para a pesquisa de alternativas no campo do currículo, em particular de matemática, é que elaboramos os quadros. No primeiro, partimos da premissa de que as próprias prescrições curriculares invisibilizam e desperdiçam o trabalho pedagógico em curso, sobretudo o de caráter emancipatório com o qual nos preocupamos. Esse pressuposto, no âmbito da Sociologia das Ausências, se conecta à defesa

de que essas alternativas, criações curriculares cotidianas, não sejam desperdiçadas pelo exercício de nossa razão indolente em suas diferentes formas de expressão. No âmbito das Emergências, portanto, temos sinalizado duas possibilidades, como enunciamos antes nas orientações teórico-metodológicas: a) estudar políticas curriculares que tenham acolhido, promovido, a autoria docente em seu processo de elaboração; e b) desinvisibilizar currículos pensadospraticados e autorias docentes.

Quando seguimos pela primeira possibilidade, buscamos identificar, seja nas políticas nacionais, estaduais ou municipais, as maneiras como essas políticas abriram espaço às autorias docentes e ao não desperdício das experiências pedagógicas. Outra alternativa, situando-se no contexto das escolas, consiste em compreender "como as escolas fazem as políticas", como Ball, Maguire e Braun (2016).

Figura 01 – Primeiro quadro elaborado a partir da orientação teórico-metodológica.



Fonte: Elaboração própria

Antes de explicitar a outra alternativa, é importante reconhecer que não são todas as políticas curriculares que invisibilizam o trabalho pedagógico em curso. Muitas delas, devido à sua natureza de prescrição curricular e ao seu caráter verticalizado acabam por pressupor a homogeneidade e a carência dos currículos pensadospraticados. São, sobretudo, as prescrições curriculares que exercem esse papel. Nesse sentido, cabe destacar,

desinvisibilizar, outras políticas curriculares, mas também de formação de professores e de elaboração de materiais didáticos que, na contramão, acolhem e promovem a autoria docente, ao evitar o desperdício da experiência em curso.

Exemplos dessas outras políticas que podem suscitar estudos nessa direção são os seguintes:

- o Projeto Folhas, também conhecido como Livro Didático Público, realizado pelo governo estadual do Paraná (PR). Com o lema "Feito por quem mais entende de edcucação", o projeto que durou quase dez anos objetivava viabilizar meios para que os professores da Rede Pública Estadual do Paraná pesquisassem e aprimorassem seus conhecimentos, produzindo, de forma colaborativa, textos de conteúdos pedagógico[3];
- o próprio Movimento de Reorientação Curricular realizado durante a gestão de Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação em São Paulo. Nele, a política curricular consistia em uma proposta de trabalho pedagógico interdisciplinar mobilizando o conceito de tema gerador a que as escolas podiam ou não aderir. Caso aderissem, recebiam apoio de pesquisadores/as de diferentes universidades para materialização da proposta nas escolas;
- outros como o Projeto Escola Plural realizado em Belo Horizonte (MG) na segunda metade da década de 1990, devido à concepção curricular organizada em ciclos ou como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), devido especialmente à capilaridade territorial com que a política articulou universidades e escolas em todo o país, também podem ser estudados evidenciando subsídios que convergem com aquilo que buscamos explicitar anteriormente.

Retornando ao pressuposto inicial representado no primeiro quadro, podemos, então, enunciar a outra alternativa para as pesquisas de possibilidades que, no campo do currículo, estão interessadas em desinvisibilizar os currículos pensadospraticados e autorias docentes, reconhecendo-os como as experiências desperdiçadas, produzidas ativamente como inexistentes e seus autores como sujeitos ausentes. Nessa última bifurcação de possibilidades, distinguimos pesquisas interessadas em desinvisibilizar práticas emancipatórias de pesquisas cujo objetivo seja desinvisibilizar práticas de ensino de temas

[3] O manual do projeto ainda pode ser consultado no *link*: http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/ManualFolhasJNETO.pdf

e conteúdos específicos, assim como práticas inspiradas por distintas tendências da Educação Matemática.

No primeiro caso, enfatizamos o caráter ou a preocupação de determinadas práticas de ensino com seu propósito emancipatório, isto é, práticas de ensino de matemática que, além de mobilizar conteúdos e procedimentos próprios da matemática escolar, tomam como contexto para o trabalho pedagógico temas e assuntos de evidente relevância sociopolítica ou ambiental.

Para ilustrar possibilidades relacionadas a esse caso, remetemo-nos, assim como em trabalhos anteriores (Valle, 2021), ao Projeto Mar de Lama, realizado pela professora Petrina Avelar. Em sua prática, a docente parte da questão geradora "quanto de rejeito de lama precisará ser retirado após a tragédia de Brumadinho (MG) para que se inicie um projeto de recuperação ambiental?" (Figura 02).

Figura 02 – Frame de abertura da prática tornada pública em um Festival de Vídeos Digitas

Fonte: Petrina Avelar[4].

Para realizá-la, com sua turma de sexto ano em uma escola pública, a professora se inspira no repertório da Modelagem Matemática em uma prática que conjuga nitidamente o ensino de conteúdos da matemática com sua mobilização em uma investigação interessada na emancipação desses sujeitos após o desastre. Conforme já escrevemos,

> (...) a turma pesquisou e mobilizou conhecimentos matemáticos, tais como o cálculo de áreas, volumes, tópicos da matemática financeira, articulados a conhecimentos de outras disciplinas, como noções da geografia, por exemplo. Foi possível abordar e trabalhar com a matemática articulada a um trabalho de investigação proposto a partir de uma temática socialmente relevante. A turma chega, inclusive, a uma estimativa, feita a partir das informações calculadas e de orçamentos solicitados, do custo de retirada de todo o rejeito. Trata-se, portanto, de uma prática de ensino de matemática com caráter emancipatório e que evidencia o potencial da

[4] O vídeo na íntegra pode ser assistido no *link* a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=RGKAKQfzJ8I&t=12s

> autoria docente na criação curricular. O fato de o projeto ter sido desenvolvido em uma escola pública da rede municipal de Belo Horizonte e com a contribuição de bolsistas do PIBID também constitui um aspecto relevante para as pesquisas sobre os currículos de matemática e suas políticas, mostrando-os como possibilidades inscritas na experiência desses sujeitos. (Valle, 2021, pp. 93-94)

No segundo caso, mais abrangente, remetemo-nos à necessária desinvisibilização de práticas de ensino de matemática que mobilizem em múltiplas e diferentes perspectivas e direções temas e conteúdos da matemática escolar, podendo, inclusive, ser práticas inspiradas pelas distintas tendências da Educação Matemática. Em ambos os casos, faz-se indispensável destacar o potencial de espaços como o referido festival: trata-se do Festival de Vídeos Digitais e Educação Matemática[5], realizado pelo Grupo de Pesquisa em Informática, outras Mídias e Educação Matemática (GPIMEM) da Universidade Estadual Paulista, UNESP, de Rio Claro. Afinal, em espaços dessa natureza[6], práticas pedagógicas inspiradas por diferentes perspectivas e pautadas por distintas orientações teórico-metodológicas são tornadas públicas, *desinvisibilizadas*. Não são exclusivamente os únicos espaços que permitem investigações nas últimas ramificações apresentadas no quadro, mas são definitivamente espaços que as favorecem.

Transversalmente a cada uma dessas possibilidades enunciadas, indagamo-nos especificamente sobre a matemática como área do conhecimento, por meio da pergunta que também está registrada no quadro (Figura 01). Ela expressa nosso interesse particular de compreender como a matemática escolar é organizada/ apresentada/ relacionada/ concebida/ praticada/… em cada uma dessas alternativas para a pesquisa quando se inscrevem no campo da Educação Matemática. Embora esta seja a ênfase dada neste trabalho, a forma como enunciamos essa indagação também permite articulações em potencial com outras áreas do conhecimento e componentes curriculares.

A partir da explicitação deste primeiro quadro teórico mas também metodológico, realizamos os primeiros movimentos de estudos e de pesquisas, mas também no âmbito de diferentes atividades de caráter extensionista voltadas à formação continuada de professores/as mobilizando todas as quatro alternativas para a pesquisa e, de modo mais geral, para a prática acadêmica. Esses movimentos nos conduziram, primeiro, a uma

[5] O *site* que apresenta as informações sobre o festival, assim como o acervo de vídeos submetidos desde a primeira edição, pode ser acessado em: https://www.festivalvideomat.com/

[6] Mais recentemente, o Centro de Aperfeiçoamento do Ensino de Matemática (CAEM), centro de extensão do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME-USP), também tem realizado festivais de vídeos, cujas informações podem ser acessadas em: https://festivalvpem-caem.ime.usp.br/

necessidade de dizer explicitamente algumas palavras sobre nossos entendimentos acerca da distinção entre prescrição e proposta no campo das políticas curriculares, mas também sobre autoria e emancipação da maneira como vimos compreendendo. Antes, então, de apresentarmos o segundo quadro, tratamos destes elementos.

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE PRESCRIÇÃO, AUTORIA E EMANCIPAÇÃO

Quando afirmamos anteriormente que boa parte das políticas curriculares desperdiça e invisibiliza o trabalho pedagógico, sobretudo o de caráter emancipatório, em curso, fizemos uma ressalva de que não são todas as políticas que caminham nessa direção Com efeito, mencionamos, inclusive, algumas delas que promoveram ou potencializaram a autoria docente, na história brasileira recente. Neste tópico, em específico, explicitamos algumas palavras que nos permitem distinguir políticas curriculares de natureza propositiva de outras cuja natureza é prescritiva.

No primeiro caso, entendemos como propostas curriculares as políticas curriculares que: a) não são tornadas obrigatórias, isto é, cuja participação ou adesão é facultada às escolas e redes de ensino; e b) interagem propositivamente com aquilo que é feito nessas escolas e redes, os tais currículos *pensadospraticados*. No segundo, em oposição, temos políticas curriculares prescritivas, isto é, políticas curriculares cuja *implementação* é obrigatória e, por isso, prevêem modos de interação que envolvem a substituição dos currículos *pensadospraticados*, compreendendo-os todos como homogêneos e carentes de aprimoramentos. Notamos que o uso do termo *implementação* parece-nos apropriado apenas a esse caso de políticas, dado seu caráter verticalizado, em que uns sujeitos *pensam* os currículos e a outros cabe apenas implementá-los, cumpri-los, executá-los.

São sobretudo as políticas curriculares prescritivas, as prescrições curriculares, que acusamos de desperdiçar e invisibilizar aquilo que se *pensapratica* como criação curricular nos mais diversos cotidianos escolares. Assim, desperdiçando essas experiências pensadas e praticadas nesses cotidianos e espaços escolares, tais políticas acabam, inclusive, contribuindo para o que temos chamado de desprofissionalização da docência. Afinal,

> Cada vez mais, os professores são tratados como incapazes de lidar de forma responsável e competente com o exercício da profissão, em especial, no que se refere à tomada de decisões que envolvem a organização curricular e o planejamento de ensino, o que, não raro, leva ao esgotamento da capacidade de realização de um trabalho autoral, por meio do qual se reconheçam. (Mattar, 2013, p. 272)

Reconhecendo esse cenário que permanece sendo agravado, é que argumentamos em favor de uma perspectiva expressa na epígrafe de Nego Bispo com a qual iniciamos este

texto. Isso porque argumentamos, em consonância com Mattar (2013, p. 273), que "é necessário que tal situação seja paulatinamente superada, dando espaço para a real valorização de suas plenas capacidades para organizar e gerir sua atuação com autonomia, ainda que sempre relativa, e de forma competente". Desinvisibilizar currículos pensadospraticados (Oliveira, 2012) e seus autores e, portanto, tratar de autoria docente somente faz sentido quando nos posicionamos de acordo com essa argumentação.

Assim, sob essa perspectiva, para tratar mais detidamente da distinção entre propostas e prescrições curriculares e o modo como se relacionam, enquanto políticas públicas, com a compreensão da docência e do trabalho docente, remetemo-nos à obra de Freire, que nos ajuda a compreender, analogamente, que:

> Um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí, o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência "hospedeira" da consciência opressora. Por isto, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores. (Freire, 2012, p. 45)

Na analogia que a obra freireana nos permite elaborar, entendemos que as prescrições curriculares operam como elemento básico estruturante dessa dualidade opressores-oprimidos na forma que a literatura sobre currículo já tem discutido, isto é, outra dualidade, quem *pensa* e quem *executa* o currículo. A mesma analogia nos permitiria sinalizar para a preocupação de que o comportamento dos professores seja prescrito, alienando-lhes de sua dimensão de autoria, de criação, inerente ao trabalho docente.

As pautas apresentadas pelas prescrições curriculares, em muitos momentos, são reconhecidamente as pautas dos opressores. Essa afirmação pode ser, inclusive, ilustrada ou justificada quando consideramos o contexto atual de prescrição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em que diferentes pesquisadores identificam uma predominância de interesses do mundo corporativo e de *lobby* privatista que que pouco dialogam com os cotidianos escolares (Cury, Reis e Zanardi, 2018; Dourado e Aguiar, 2018; Hypolito, 2019). No currículo de matematica, essa proposta se desdobra na ausência das perspectivas socioculturais da educação matemática e o delineamento de competências e habilidades que, alocados numa perspectiva linear, hierárquica e fragmentada, não são suficientes diante do que se tem discutido e produzido no âmbito da Educação Matemática (Malheiros e Forner, 2020). Nessa mesma perspectiva, em que refletimos sobre currículo a partir da analogia que Freire nos apresenta em sua Pedagogia do Oprimido, podemos tratar também da introjeção

do comportamento prescrito por parte dos docentes. Nesse sentido, valemo-nos das próprias palavras de Freire para nos contrapor à introjeção da sombra dos opressores:

> Os oprimidos, que introjetam a "sombra" dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, a medida em que esta, implicando na expulsão desta sombra, exigiria deles que "preenchessem" o "vazio" deixado pela expulsão, com outro "conteúdo" – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. (Freire, 2012, p. 46)

No campo curricular, materializa-se de forma bastante concreta a exigência mencionada por Freire neste excerto de que os educadores, oprimidos, preencham o vazio deixado pela expulsão da sombra introjetada. É sob essa perspectiva que contrapomos a introjeção da sombra e das pautas que são estranhas a esses sujeitos com a asunção crítica de sua liberdade, com autonomia, ainda que sempre relativa, e, sobretudo, responsabilidade. Afinal, de um lado, como argumentamos antes, "descartar a experiência do trabalho docente e os saberes decorrentes dessa experiência contribui para a desprofissionalização e precarização da docência" (Valle, 2021, p. 92). De outro, de forma análoga "a recuperação da autoria permite devolver aos sujeitos a responsabilidade sobre suas vidas e destinos, a autoria do mundo social que, se é quem os tece, é também tecido por eles" (Oliveira, 2012, p. 7).

Valendo-nos, portanto, dessas noções é que temos insistido na defesa da autoria docente como dimensão fundamental e indispensável do trabalho docente, ao reconhecer o currículo como criação cotidiana desses sujeitos. A partir disso, remetemo-nos à Oliveira (2012, p. 8) que nos auxilia a

> (...) compreender a autoria no campo curricular, como produção autônoma, original e criativa e autêntica de sujeitos que possuem a necessária autoridade para fazê-lo, superando a cisão entre aqueles que pensam e aqueles que fazem o currículo, essa "obra de arte" cotidianamente construída e renovada. (Oliveira, 2012, p. 8)

Argumentar nessa direção permite-nos reconhecer a "necessária autoridade para fazê-lo" como parte indissociável de um projeto de valorização e profissionalização da docência. Assim, ao desinvisibilizar currículos pensadospraticados, desinvibilizam-se seus criadores, seus autores e suas autoras, evidenciando-os como autênticos referenciais para a prática pedagógica. Além disso, conectamos o reconhecimento dessas autorias à necessária desinvisibilização de práticas emancipatórias, evidenciando também o caráter solidário e crítico de muitas práticas pedagógicas que poderiam inspirar experiências convergentes, ou confluentes, em diferentes espaços.

A partir disso, podemos buscar sentidos e critérios que nos permitam identificar práticas emancipatórias. Uma possibilidade seria a de, revisitando Freire (2012), buscar práticas pedagógicas alinhadas com nossa vocação ontológica de "ser mais", que nos permitiu associar, em nosso caso particular, práticas de ensino que mobilizam conteúdos e procedimentos da matemática escolar para investigar, abordar, questões socialmente relevantes. Outra, enunciada por Oliveira (2020, p. 61), está expressa na forma de dois critérios:

> (...) busca de valorização de conhecimentos não formais de educadores e estudantes, que anuncia a possibilidade de ecologização das relações entre uns e outros; e as práticas de solidariedade, tanto porque significam a ampliação do exercício da cidadania horizontal, quanto porque desafiam a naturalização da competição como valor.

No texto de que extraímos o excerto anterior, a autora oferece também alguns exemplos de práticas que, desinvisibilizadas, contribuem para a constituição desse acervo de práticas emancipatórias a que temos nos referido. É importante, nesse sentido, observar que outros critérios e sentidos podem ser adotados, enunciados, de forma a contribuir com o exercício de reconhecimento e de defesa da autoria docente, denotada pela criação curricular cotidiana. Com efeito, foi justamente a busca desses critérios e sentidos outros que nos permitiram tensionar e, em alguma medida, alargar aquilo que apresentamos no primeiro quadro teórico-metodológico. Tratamos a seguir da explicitação de alguns desses movimentos.

TENSIONAMENTOS E ALARGAMENTOS DO PRIMEIRO QUADRO

A partir do quadro anteriormente proposto (Figura 01) e iniciados os primeiros movimentos de pesquisa subsidiados por ele, iniciaram-se também, indissociáveis, diferentes movimentos de tensionamento e alargamento do quadro teórico-metodológico e de suas perspectivas para pesquisa. Enunciamos, a seguir, alguns desses movimentos que nos levaram à elaboração de um segundo quadro, que também explicitamos adiante.

O primeiro, fundante para os demais, consiste em nossa percepção de que a Sociologia das Ausências e das Emergências, conforme enunciamos antes, não contém exclusivamente o pressuposto mobilizado no quadro de que as prescrições curriculares invisibilizam ou desperdiçam a experiência docente e o trabalho pedagógico em curso. Ao invés disso, outras epistemologias e perspectivas teóricas nos permitem mobilizá-lo ou

pensá-lo no campo curricular, ainda que não diretamente conectadas ou contidas neste campo.

A própria percepção freireana, de modo mais amplo, do papel desempenhado pela prescrição na mediação opressores-oprimidos (Freire, 2012) nos permitiria articular as possibilidades e perspectivas para a pesquisa anteriormente apresentadas. No âmbito de outras epistemologias, a proposta de Ailton Krenak (2020) de evitar a contração do presente com o necessário movimento de suspender o céu também nos permitia. Nessa direção, o autor nos remete ao movimento de "suspender o céu" que é apresentado por ele como algo comum para muitas tradições culturais e que pode ser entendido como

> (...) ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar no mercado. (Krenak, 2019, p. 32)

Ao desinvisibilizar diferentes currículos *pensadospraticados* (Oliveira, 2012) podemos exercitar essa premissa básica que nos conduz ao enriquecimento das nossas subjetividades, que constituem parte substancial do que mobilizamos ao criar currículos cotidianamente. Evidentemente, a adoção ou o alinhamento com esta ou aquela premissa nos levaria também a diferentes possibilidades em termos não só da realização das pesquisas, mas inclusive de seus formatos de escrita e de apresentação.

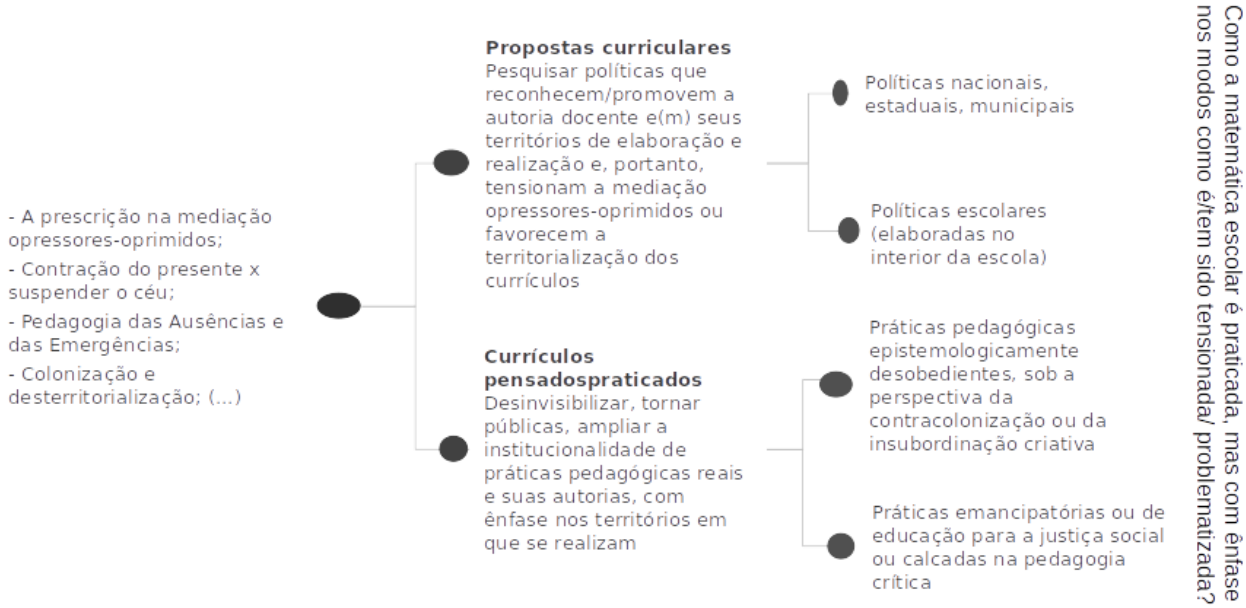
No sentido também de compreender como outros entendimentos operam no campo curricular e podem subsidiar distintos movimentos de investigação e pesquisa, podemos nos remeter à perspectiva de Antonio Bispo dos Santos, Nego Bispo (2019), para quem todo movimento de colonização pressupõe um movimento de desterritorialização, isto é, de fragilização dos vínculos dos sujeitos que serão colonizados com seu território. Na direção oposta, contracolonizar e territorializar ganham sentido e significados na obra deste intelectual para quem esses vínculos devem ser continuamente fortalecidos, nutridos. A escola certamente pode contribuir para isso, na mesma medida em que pode contribuir para seu enfraquecimento.

Como políticas curriculares, prescrições desterritorializadas, ou mesmo práticas de ensino de matemática, em um nível mais concreto, podem contribuir para o enfraquecimento desses vínculos entre sujeitos e seus territórios? Como propostas curriculares podem favorecer tais vínculos, na contramão? Essas são indagações desdobradas do entendimento de Nego Bispo (2019) com as quais confluímos ao argumentar que seu entendimento

também pode ser mobilizado como motriz no quadro teórico-metodológico apresentado antes, deslocando a centralidade da Sociologia das Ausências e das Emergências.

Ainda no âmbito dessa Sociologia, temos alternativas também, como, por exemplo, a Pedagogia das Ausências e das Emergências, cunhada pela educadora Nilma Lino Gomes (2017, p. 63), como um "posicionamento de vigilância epistemológica diante do conhecimento educacional", de que decorre, de modo amplo, a necessidade de problematizamos como se relacionam conhecimento e saber. O reconhecimento das formas ativas de produção de ausências e inexistências também recebe ênfase na obra da educadora que posiciona o Movimento Negro como um movimento que produz saberes na luta por emancipação. Essas e outras perspectivas podem, portanto, ocupar um lugar inicial no quadro anteriormente apresentado, ampliando as possibilidades de pesquisa e de tensionamento no campo curricular, conforme veremos no segundo quadro (Figura 03).

Figura 03 – Segundo quadro elaborado a partir dos tensionamentos do primeiro



Fonte: Elaboração própria

A partir desses alargamentos, retomamos as possibilidades de pesquisar políticas e de pesquisar práticas. No primeiro caso, de propostas curriculares, tratamos de pesquisar políticas que reconhecem/promovem a autoria docente e(m) seus territórios de elaboração e realização, e assim, tensionam a mediação opressores-oprimidos ou favorecem a

territorialização dos currículos. As mesmas subdivisões anteriores indicam possibilidades para as pesquisas nesta primeira ramificação.

No segundo caso, de pesquisar práticas, currículos pensadospraticados, tratamos de desinvisibilizar, tornar públicas - e assim ampliar sua institucionalidade - as práticas pedagógicas reais e suas autorias docentes, com ênfase nos territórios em que se realizam. Nesta ramificação, buscamos tensionar as possibilidades para a pesquisa que passam a versar, primeiro, sobre práticas pedagógicas epistemologicamente desobedientes sob a perspectiva da contracolonização - para a qual nos inspiramos em Bispo (2019) e Krenak (2019) - mas também da insubordinação criativa, a fim de evidenciar sua dimensão de subversão responsável (D'Ambrosio e Lopes, 2015). E, segundo, sobre práticas emancipatórias ou de educação para a justiça social ou calcadas na pedagogia crítica em que prevalece a solidariedade evidenciada por Oliveira (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambos os quadros teórico-metodológicos ao revelarem tensionamentos e alargamentos emergentes abrem espaço para novos movimentos de ampliação capazes de aprimorar o modo como exercitamos as teorias e estudos subjacentes e de produzir resultados de pesquisa que confluam com as expectativas enunciadas desde o início. Revelam, além disso, a indissociabilidade entre teoria e prática ou, como enuncia Freire (2012) entre ação-reflexão-ação como dimensão pedagógica da pesquisa acadêmica com a qual se aprende continuamente ao revisitar os fundamentos teóricos para alargá-los, problematizá-los ou tensioná-los.

Espera, com isso, que este texto seja capaz, para além de apresentar de modo sistematizado os movimentos teóricos que nos permitiram a obtenção dos respectivos quadros, também de inspirar outros movimentos análogos, correspondentes e confluentes de pesquisa e de produção de conhecimento.

Enunciamos, por fim, alguns desafios que emergem quando tratamos das pesquisas dedicadas a desinvisibilizar currículos pensadospraticados (Oliveira, 2012), autorias docentes e práticas emancipatórias. Uma consideração relevante, nesse sentido, caracteriza-se da interação entre abordagens micro e macro nas alternativas que enunciamos, em ambos os quadros teórico-metodológicos, para a pesquisa sobre currículos. Afinal, ao observarmos o primeiro e o segundo par de ramificações, temos explicitado a importância de que as pesquisas se ocupem também da transição entre as políticas curriculares, especialmente as

propostas, e os currículos pensadospraticados, evidenciando modos como podem se relacionar essas instâncias que constituem o fazer educacional em suas diferentes esferas.

Sob essa perspectiva, a autoria docente nos parece um conceito chave para conectar essas instâncias da produção curricular, reconhecendo e respeitando a criação cotidiana dos sujeitos que, como vimos, possuem a necessária autoridade para fazê-lo. Por essa mesma linha de argumentação, e considerando que toda autonomia é relativa, é importante sinalizar que um desafio que se anuncia diz respeito ao estabelecimento de critérios capazes de determinar a qualidade das práticas desinvisibilizadas pelas pesquisas ou mesmo estimuladas por políticas curriculares diversas. Quais critérios seriam considerados para afirmar a qualidade, ou as qualidades, das práticas emancipatórias que desejamos ver recontextualizadas, recriadas em diferentes territórios, sendo tomadas como autênticos referenciais curriculares.

Esse desafio parece remeter às disputas próprias do campo da avaliação, em conexão íntima com o currículo, e a partir do qual vislumbramos possíveis abordagens. Uma delas nos situa na divergência entre duas noções de qualidade que têm espaço na literatura sobre avaliação: a qualidade total e a qualidade social (Silva, 2009; Gadotti, 2015; Libâneo, 2006, 2013). Ambas as expressões têm sinalizado perspectivas muito distintas sobre como considerar a qualidade: grosso modo, de um lado, externamente aos sujeitos e processos avaliados e de maneira homogênea a partir de critérios únicos, universais, totais; de outro, em diálogo estreito com os sujeitos e, preferencialmente, em seus territórios, considerando inclusive a possibilidade de criação e/ou adaptação local de critérios.

Outras especificidades caracterizam ambas e precisam ser enunciadas a fim de que possamos fundamentar um posicionamento capaz de orientar teórico-metodologicamente as pesquisas que tratam das possibilidades de desinvisibilizar currículos pensadospraticados, autorias docentes e práticas emancipatórias. Esse desafio nos remete a outro, correlato, que nos posiciona entre as compreensões de regulação e autorregulação, que também vislumbramos como potenciais para o aprofundamento dessa reflexão. Por enquanto, temos argumentado em favor da qualidade dialógica, de que trata Ponte (2002) por exemplo, ao afirmar que o último critério para que um(a) professor(a) se reconheça como investigador(a) da própria prática consiste justamente no tornar pública sua prática, permitindo o estabelecimento de critérios igualmente públicos e, portanto, abertos às disputas que nos atravessam num contexto democrático.

Distanciando-nos e mesmo nos opondo à qualidade total em que se fundamentam as prescrições, encerramos este texto com a defesa de que a escola pública brasileira não é homogênea e, não sendo homogênea, não pode ser compreendida exclusivamente como lugar de carência. É lugar também de potência, de "soluções praticáveis despercebidas", como diz Freire (2012), e as perspectivas abordadas neste texto podem nos ser úteis para não somente percebê-la assim, mas ativamente produzi-la assim. Trata-se de uma perspectiva acolhedora das autorias docentes, das criações curriculares cotidianas. Trata-se de "falar de nós ganhando, porque pra falar de nós perdendo, eles já falam", resgatando a epígrafe com que iniciamos este texto.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda; MACEDO, Elizabeth; MANHÃES, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Criar currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2002.

BALL, Stephen; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BISPO, Antonio (Nego). **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: INCT, 2019.

BUENO, Maria Luiza Rocha. **Práticas emancipatórias de ensino de matemática via tema gerador: da reflexão à sala de aula**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Matemática. Universidade de São Paulo, 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano. **Base Nacional Comum Curricular**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.

D'AMBROSIO, Beatriz Silva; LOPES, Celi Espasandin. Insubordinação Criativa: um convite à reinvenção do educador matemático. **Bolema**, Rio Claro, v. 29, n. 51, p. 1-17, abr. 2015.

DOURADO, Luis Fernandes; AGUIAR, Márcia Ângela (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024**: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012, 57ª ed.

GADOTTI, Moacir. Qualidade na Educação: Uma Nova Abordagem. In: **Anais do Congresso de Educação Básica**: Qualidade na Aprendizagem. Florianópolis, SC: 2013. Disponível em: https://tinyurl.com/yamxk8s8. Acesso em: 20 fev. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, 2019, pp. 187-201.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens? In: LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. v. 7. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Buscando a qualidade social do ensino. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

MALHEIROS, Ana Paula dos Santos; FORNER, Régis. Um olhar freireano para a Base Nacional Comum Curricular de Matemática. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-14, 2020.

MATTAR, S. Cartografia e autoria docente: a imaginação criadora nos processos de planejamento e de ensino. **Relatório de produção acadêmica**. Disponível em: http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002913425.pdf Acesso em: 10 fev de 2024.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para a reflexão curricular: princípios emancipatórios e currículos pensadospraticados. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 1-22, 2012.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **O currículo como criação cotidiana**. Petrópolis: DP et Alii, 2013.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Epistemologias do Sul e cotidiano escolar: Desaprendizagem, desobediência e emancipação social. **Desidades**, v. 28, n. 8, pp. 51-67, 2020.

PALANCH, Wagner. **Mapeamento de pesquisas sobre currículos de Matemática na Educação Básica brasileira (1987 a 2012)**. 2016. 283 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

PIRES, Célia Maria Carolino; SILVA, Márcio Antonio. Desenvolvimento curricular em Matemática no Brasil: trajetórias e desafios. **Quadrante**, XX (2), pp. 57-81, 2011.

PONTE, João Pedro da. Investigar a nossa própria prática. IN: GTI (Org.) **Reflectir e investigar sobre a prática profissional**. Lisboa: APM, 2002, p. 3-28.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, 2009.

VALLE, Júlio César Augusto. O resgate da escola pública utópica de Freire como possibilidade inscrita na história: o movimento de reorientação curricular em São Paulo. **Revista de Matemática, Ensino e Cultura**. v. 15, p. 201-223, 2020.

VALLE, Júlio César Augusto. A autoria docente nos processos de elaboração curricular de matemática. **Educação Matemática em Revista (EMR-RS)**, v. 1, p. 89-96, 2021.

VALLE, Júlio César Augusto. A autoria docente em currículos de matemática desinvisibilizados: práticas de extensão e pesquisa. **Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, v. 15, p. 1-20, 2022.

VALLE, Júlio César Augusto; CONRADO, Andréia Lunkes. Alteridade nos currículos de matemática: a inversão do vetor e a ação dos atores na escola. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 106-121, 2019.

VALLE, Júlio César Augusto; SANTOS, Vinício de Macedo. Inverter o vetor do currículo: o Movimento de Reorientação Curricular de Freire em debate. **Revista e-Curriculum,** São Paulo, v. 16, p. 1207-1233, 2018.

VALLE, Júlio César Augusto; SANTOS, Vinício de Macedo. A participação docente em processos de elaboração curricular: A experiência democrática de Paulo Freire em São Paulo. **Acta Scientiae**, Canoas v. 23, p. 262-288, 2021.